

## SEMANA 13 – REPERTÓRIO – Atualidades

### Projeto de 'homeschooling' exige que um dos responsáveis pelo aluno tenha diploma de ensino superior; veja principais pontos do texto

Por Luiza Tenente, G1

17/05/2021 10h49 Atualizado há 2 semanas

A versão final do projeto de lei que regulamenta o ensino domiciliar no Brasil deve ser votada em plenário na Câmara dos Deputados até junho. No texto, há a exigência de que pelo menos um dos responsáveis legais pelo aluno tenha diploma de ensino superior.

Além disso, os alunos que forem educados em casa devem estar associados a uma escola regular, que fará o monitoramento da aprendizagem. Segundo o projeto, as avaliações periódicas serão bimestrais (para educação infantil) ou anuais (para ensino fundamental ou médio).

Caso o estudante seja reprovado por dois anos consecutivos, perderá o direito ao "homeschooling".

As normas estabelecidas pelo projeto de lei não satisfizeram todos os apoiadores do modelo de ensino. Ao G1, a Associação Nacional de Educação Domiciliar (Aned) afirmou que ainda não vai comentar o texto, porque está buscando revê-lo, já que "há uma série de inconsistências que serão debatidas com a relatora".

Entre as críticas, a Aned menciona a exigência do curso superior para os pais dos alunos. "Se não houver mudanças, nós e a imensa maioria das famílias e organizações irão se manifestar de maneira contrária a essa proposta, pois pior que não ter uma lei é ter uma lei ruim que inviabilize a prática", afirma Rick Dias, presidente da Aned.

O tema é considerado prioritário no governo Bolsonaro, mesmo diante de problemas educacionais que afetam grupos maiores (exclusão digital, déficit de aprendizagem durante a pandemia e evasão escolar, por exemplo).

Pelo projeto, as famílias que decidirem educar seus filhos em casa deverão obedecer às seguintes normas:

- matricular obrigatoriamente o estudante em escola regular, que fará um acompanhamento do que está sendo ensinado e aprendido;
- entregar relatórios bimestrais a essa escola, mostrando os registros das atividades feitas pelo aluno;
- comprovar que ao menos um dos responsáveis legais pela criança/jovem concluiu o ensino superior;
- apresentar certidões criminais da Justiça Federal e Estadual ou Distrital de cada um dos pais ou responsáveis;
- cumprir os conteúdos previstos na Base Nacional Comum Curricular, com a possibilidade de acrescentar mais disciplinas ou conteúdos;
- comparecer a encontros presenciais semestralmente com tutores da escola;
- permitir que o Conselho Tutelar faça inspeções do local onde o aluno aprende;
- garantir a convivência em sociedade.

Para chegar à versão final do projeto, a relatora e deputada Luísa Canziani (PTB-PR) organizou oito debates, entre abril e maio, com especialistas em educação – parlamentares ligados ao assunto, representantes da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime), fundações de apoio à infância (Instituto Alana), associações ligadas ao "homeschooling" e pesquisadores da área. A deputada Canziani afirmou nesta segunda (17) que buscará se reunir com as principais bancadas partidárias até o fim da semana, para buscar apoio e ouvir possíveis sugestões de mudanças.

Na terça, ela conversará com representantes do PSL (Partido Social Liberal).

"Se a gente achar que é conveniente fazer alguma alteração, não tem problema nenhum, se for pra melhorar e zelar por essas crianças – não só pelo aprendizado, mas pela integridade física delas", disse a parlamentar em transmissão on-line.

Por mais que a educação domiciliar seja uma bandeira da atual gestão, o debate existe há quase três décadas no país: nos últimos 27 anos, projetos de lei foram apresentados para exigir a legalização do movimento. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a educação domiciliar não é inconstitucional, mas precisa de uma normatização para ser permitida.

Três anos depois, em março de 2021, um dos projetos de regulamentação avançou na Câmara, e a deputada Canziani foi nomeada relatora da matéria. Agora, depois dos debates com especialistas e da emissão de um parecer dela, o texto segue para votação.

#### **Críticos x apoiadores**

De um lado, há quem alegue que os pais devem ter o direito de escolher como educar as crianças. Do outro, estão especialistas preocupados com as consequências pedagógicas e sociais de manter um aluno fora da escola.

Educadores críticos ao modelo apontam possíveis prejuízos na falta de interação, já que um dos maiores ganhos da escola regular é justamente proporcionar a convivência constante entre pessoas de diferentes universos.

Também afirmam que o ensino domiciliar poderia dificultar a identificação de casos de abuso infantil ou de violência doméstica, que seriam detectados pelos professores na sala de aula convencional.

Mesmo sem autorização, em 2019, mais de 11 mil famílias educavam crianças e jovens fora do ambiente escolar no país, segundo os dados mais recentes da Aned.

## OS DOIS LADOS: ARGUMENTOS CONTRÁRIOS E FAVORÁVEIS

<https://www.politize.com.br/educacao-domiciliar-o-homeschooling-deve-ser-permitido-no-brasil/>

O que dizem os defensores da proposta?

- Para a ANED (Associação Nacional de Educação Domiciliar), o ensino doméstico favorece o desenvolvimento de habilidades como: maior amadurecimento; disciplina de estudo; gosto pelo aprendizado; estratégias de aprendizado; autoestima sólida; empreendedorismo.
- A Associação também defende que a educação domiciliar resguarda crianças e jovens de: pressões sociais inadequadas; privação do convívio familiar; retardo do processo de aprendizagem; passividade no processo de aprendizagem; desinteresse por aprender.
- No entendimento da ANED, a educação aplicada nas instituições de ensino no Brasil é essencialmente “conteudista”, o que não é algo positivo. Em contraposição a esse modelo, a Associação defende a importância do “treino para o aprendizado” e acredita que “Os pais que compreenderam bem esse aspecto, já captaram qual é a verdadeira essência do trabalho que precisam realizar com seus filhos.”
- Para Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, trata-se de atender a uma demanda das famílias brasileiras:  
*“Este Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos surge para atender as demandas de famílias no Brasil. Nós temos um número muito grande de famílias no Brasil que já fazem o ensino domiciliar, só que estas famílias não estão ainda abrigadas pela legislação (...) então, a MP vem para acolher as famílias.” (Entrevista ao g1)*
- Na mesma entrevista, a Ministra ainda argumentou que a socialização da criança não é prejudicada em função do ensino domiciliar, pois a escola não é a única esfera de socialização. Ela aponta que a criança ainda pode socializar em cursos de idiomas, aulas de esportes ou clubes.

E quais os argumentos dos críticos?

- Para o Ministro do STF, Alexandre Moraes, educação domiciliar pode agravar o problema da evasão escolar: *“O Brasil é um país muito grande, muito diverso. Sem uma legislação específica que estabeleça a fiscalização da frequência, receio que vamos ter grandes problemas de evasão escolar. Brasil já tem uma das maiores taxas de evasão escolar. Sem uma regulamentação congressual detalhada, com avaliações pedagógicas e de socialização, teremos evasão escolar travestida de ensino domiciliar.”*
- Outro argumento é de que a adoção da educação domiciliar dificulta a identificação de abusos. A especialista em Psicologia Educacional da Unicamp, Telma Vinha, explica que maus tratos, negligenciamento e abusos geralmente são identificados pela escola. Com a educação domiciliar, crianças e jovens ficam suscetíveis apenas ao cuidado dos pais e familiares.
- Alguns críticos entendem que colocar a educação domiciliar como uma prioridade é uma demonstração da falta de foco do governo e descompromisso com a educação. Eles defendem que direcionar os esforços do governo a uma política nacional de formação de professores seria mais eficiente para solucionar o déficit educacional do país.
- Há ainda o argumento de que a maioria das famílias brasileiras nem mesmo possui condições de aplicar o homeschooling e, por isso, trata-se de uma política para poucos:  
*“Nada justifica um debate tão grande sobre educação domiciliar num país com 70 milhões de famílias. Ainda mais quando lembramos que a esmagadora maioria dessas pessoas não tem condições de transformar a sala de casa em uma sala de aula —seja por renda, tempo ou formação.” (Nova Escola)*
- Especialistas em educação também enfatizam que a defesa da educação domiciliar passa a ideia errônea de que educar é uma tarefa simples, e de que pais estão preparados para educar crianças simplesmente por serem pais. Dessa forma, a proposta contribui para o agravamento da desvalorização dos professores.

## HOMESCHOOLING LÁ FORA: O ENSINO DOMÉSTICO É PERMITIDO EM OUTROS PAÍSES?

Fora do Brasil, também não há consenso com relação ao homeschooling. A prática é bastante comum em alguns países e, em outros, estritamente proibida.

Estados Unidos, Austrália, Canadá, Reino Unido, França e Paraguai são exemplos de países em que a prática é permitida. Nesses países a prática é regulamentada e não há necessidade de recorrer à justiça para ter autorização. É nos Estados Unidos que a prática possui maior número de adeptos, cerca de 2 milhões de pessoas foram educadas em casa, e estudos mostram que esse número cresce de 2 a 8% ao ano.

Por outro lado, Alemanha e Suécia são exemplos do extremo oposto. Nesses países a educação domiciliar é considerada crime, e famílias que não cumprem com a obrigatoriedade de colocar os filhos nas escolas estão sujeitas a perder a guarda da criança ou jovem.